

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	92
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	93
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	94
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	95
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	96
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	17.608.771	17.063.590
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	564.695	312.432
1.01.01	Caixa	224.611	212.413
1.01.01.01	Caixa	224.611	212.413
1.01.02	Aplicações de Liquidez	340.084	100.019
1.01.02.01	Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	340.084	100.019
1.02	Ativos Financeiros	16.549.223	16.298.571
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	346.334	342.108
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	346.334	342.108
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	16.202.889	15.956.463
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	512.050	502.602
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.806.090	1.851.201
1.02.04.04	Operações de Crédito	13.270.189	12.756.479
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-370.045	-336.605
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	984.605	1.182.786
1.03	Tributos	270.345	246.491
1.03.03	Outros	270.345	246.491
1.03.03.01	Créditos Tributários	270.345	246.491
1.04	Outros Ativos	10.611	11.144
1.04.03	Outros	10.611	11.144
1.04.03.01	Outros Ativos	12.411	12.944
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	28
1.05.05	Outros Investimentos	28	28
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	28
1.06	Imobilizado	57.667	58.916
1.06.01	Imobilizado de Uso	236.337	235.118
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	236.337	235.118
1.06.03	Depreciação Acumulada	-178.670	-176.202
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-178.670	-176.202
1.07	Intangível	156.202	136.008
1.07.01	Intangíveis	260.432	232.823
1.07.01.01	Intangíveis	260.432	232.823
1.07.03	Amortização Acumulada	-104.230	-96.815
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-104.230	-96.815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	17.608.771	17.063.590
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	15.058.371	14.656.558
2.02.01	Depósitos	13.622.902	12.875.114
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.149.620	863.389
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.259.019	9.779.872
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	466.104	454.299
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.748.159	1.777.554
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	713.941	1.100.173
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	713.941	1.100.173
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	721.528	681.271
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	122.665	102.019
2.02.03.02	Relações Interdependência	11.405	18.572
2.02.03.03	Emissão de Títulos	534.131	508.329
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	10.074	9.577
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	43.253	42.774
2.03	Provisões	220.581	230.207
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	156.073	167.984
2.03.02	Provisão para Contingências	64.508	62.223
2.05	Outros Passivos	346.119	268.516
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	46.324	11.500
2.05.02	Outras Obrigações	299.795	257.016
2.07	Patrimônio Líquido	1.983.700	1.908.309
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.473.122
2.07.04	Reservas de Lucros	435.187	435.187
2.07.04.01	Reserva Legal	35.080	35.080
2.07.04.02	Reserva Estatutária	360.046	360.046
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	40.061	40.061
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	75.391	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2024 à 31/03/2024	Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	803.512	700.319
3.01.01	Operações de Crédito	719.766	590.762
3.01.02	Resultado de Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	72.843	94.357
3.01.03	Resultado de Operações de Cambio	2.703	1.474
3.01.04	Resultado de Aplicações Compulsórias	8.200	13.726
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-269.841	-294.832
3.02.01	Despesas de Captação no Mercado	-266.585	-292.245
3.02.02	Despesas de Empréstimos e Repasses	-3.256	-2.587
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	533.671	405.487
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-365.199	-301.687
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-86.283	-50.218
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	53.733	49.405
3.04.03	Despesas com Pessoal	-165.354	-153.264
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-138.276	-121.499
3.04.05	Despesas Tributárias	-31.215	-24.569
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	14.875	18.152
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-12.679	-19.694
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	168.472	103.800
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-73.156	-45.831
3.06.01	Corrente	-95.941	-51.845
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-52.118	-28.339
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-43.823	-23.506
3.06.02	Diferido	22.785	6.014
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	95.316	57.969
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	95.316	57.969
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-20.003	-8.681
3.10.01	Empregados	-19.438	-8.586
3.10.02	Administradores	-565	-95
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	75.313	49.288
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	7,91	5,176
3.99.01	Lucro Básico por Ação	7,91	5,176
3.99.01.01	ON	7,90966	5,17642

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	75.313	49.288
4.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	75.313	49.288
4.04	Resultado Abrangente do Período	75.313	49.288

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	280.012	-688.142
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	269.664	168.736
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	168.472	103.800
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	101.192	64.936
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.348	-856.878
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-9.448	110.648
6.01.02.02	Titulos e Valores Mobiliários	42.123	-47.705
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	216.465	-289.564
6.01.02.04	Operações de Crédito	-565.489	-729.688
6.01.02.05	Outros Créditos	-34.705	32.660
6.01.02.06	Outros Valores e Bens	535	-4.051
6.01.02.07	Outras Obrigações	13.929	13.855
6.01.02.08	Depósitos	747.788	328.890
6.01.02.09	Obrigações por Operações Compromissadas	-386.232	-229.682
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e Similares	25.802	4.283
6.01.02.11	Obrigações por Repasse no País	39	-3.178
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos	2.803	-6.601
6.01.02.13	Impostos e Contribuições Pagos	-43.262	-36.745
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-27.104	-10.206
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.219	-1.500
6.02.03	Aquisição de Intangível	-29.457	-10.110
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliarios mantidos até o vencimento	3.572	1.404
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-646	-2.193
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	252.262	-700.541
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.433	1.340.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	564.695	640.270

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	435.186	0	0	0	1.908.308
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	78	0	78
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	435.186	0	78	0	1.908.386
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	75.313	0	75.313
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	75.313	0	75.313
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	435.186	0	75.391	0	1.983.699

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	246.055	0	0	0	1.719.177
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	235	0	235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	246.055	0	235	0	1.719.412
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	49.288	0	49.288
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	49.288	0	49.288
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	246.055	0	49.523	0	1.768.700

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 31/03/2023
7.01	Receitas	785.836	717.657
7.01.01	Intermediação Financeira	803.512	700.319
7.01.02	Prestação de Serviços	53.733	49.405
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-86.283	-50.218
7.01.04	Outras	14.874	18.151
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-269.841	-294.832
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-128.960	-119.059
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-6.820	-6.030
7.03.02	Serviços de Terceiros	-110.285	-94.117
7.03.04	Outros	-11.855	-18.912
7.04	Valor Adicionado Bruto	387.035	303.766
7.05	Retenções	-11.731	-12.499
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.731	-12.499
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	375.304	291.267
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	375.304	291.267
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	375.304	291.267
7.09.01	Pessoal	162.166	140.491
7.09.01.01	Remuneração Direta	119.889	101.632
7.09.01.02	Benefícios	34.035	31.480
7.09.01.03	F.G.T.S.	8.242	7.379
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	127.561	91.852
7.09.02.01	Federais	123.627	88.407
7.09.02.02	Estaduais	3	3
7.09.02.03	Municipais	3.931	3.442
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	10.264	9.636
7.09.03.01	Aluguéis	10.264	9.636
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	75.313	49.288
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	75.313	49.288

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1T2024



Comentário do Desempenho**Sobre o Banpará**

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) é uma Sociedade de Economia Mista, organizada sob a forma de banco múltiplo. Criada desde 1959, tem como missão criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

O Banpará, hoje com 200 unidades de atendimento, possui um portfólio de produtos e serviços financeiros disponíveis aos seus clientes e usuários e participa de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais, como agente financeiro oficial do Governo do Estado.

Diretoria**Ruth Pimentel Mélo***Diretora-Presidente***Adriano de Aguiar Ribeiro***Diretor de Tecnologia***Graciele Silva de Sousa Galvão***Diretora Comercial e Fomento***Igor Barbosa Gonçalves***Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores***Paulo Roberto Arevalo Barros Filho***Diretor Administrativo***Vando Vagner Soares Ferreira***Diretor Financeiro e de Produtos e Serviços Comerciais***Ruth Pimentel Mélo****Diretora-Presidente**

"A primeira mulher a assumir a presidência do Banpará, destaca-se por seu perfil executivo exemplar. Profissional com formação em Ciências Econômicas, Pós-graduada em Gestão de Projetos e MBA em Gestão Empresarial, acumula experiência de mais de 39 anos dedicados à instituição.

Ao longo de sua trajetória ascendente no Banpará, Ruth ocupou diversas posições-chave, incluindo Gerente Geral, Gerente de Serviços Internos, Chefe do Núcleo de Relacionamento com o Governo, Superintendente de Negócios e Assessora da Diretoria. Além disso, desempenhou papéis estratégicos como Diretora de Seguridade da Caixa de Previdência do Banco do Estado do Pará e Diretora Financeira.

Atualmente, como Diretora-presidente do Banpará e Conselheira de Administração, Ruth Mélo demonstra determinação, foco, motivação e disciplina como marcas distintivas de sua personalidade corporativa, características as quais considera fundamentais para o sucesso em qualquer empreitada e acredita que ao traçar objetivos e equipar-se com essas ferramentas, é certo alcançar o topo das conquistas planejadas. O perfil executivo de Ruth destaca-se como um exemplo de liderança e competência no cenário bancário."

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 1º trimestre de 2024 (1T2024), elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados

obtidos durante o período. Dentre os resultados apresentados no documento, destaca-se que no 1T2024 o Banco registrou um lucro líquido de R\$ 75,31 milhões, evoluindo 52,80% em comparação ao 1T2023.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. Boa leitura!



Comentário do Desempenho

Resultados Financeiros

ITENS DE RESULTADO

O Lucro Líquido do 1T2024 alcançou o montante de **R\$ 75.313 mil**, superior 52,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O resultado positivo foi decorrente do bom desempenho operacional com o aumento da carteira de crédito e de serviços e a racionalização das despesas ao longo deste período. Em relação à variação trimestral, a redução do resultado ocorreu em consequência dos efeitos tributários da dedutibilidade da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que ocorre semestralmente, e do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) realizado no 4T2023, bem como as variações sazonais concernentes aos períodos mencionados.

A receita do Banpará vem apresentando resultados crescentes. No 1T2024 houve um aumento de 13,57% quando comparado com ao mesmo período de 2023, resultado do crescimento das operações de créditos, aplicação interfinanceiras e das receitas de serviços.

(em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Receitas Totais	872.120	869.655	0,28%	767.876	13,57%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	447.388	458.421	-2,41%	355.269	25,93%
Resultado Operacional	168.936	169.022	-0,05%	103.430	63,33%
Margem Financeira	533.670	529.084	0,86%	405.487	31,61%
Lucro Líquido	75.313	101.232	-25,60%	49.288	52,80%
Receita de Serviços	53.733	55.580	-3,32%	49.405	8,76%
Despesa com Provisões	86.283	70.663	22,10%	50.218	71,82%
Despesas Administrativas	138.276	134.090	3,12%	121.499	13,81%
Margem Líquida	9,25%	8,75%	5,71%	7,00%	32,14%

ITENS PATRIMONIAIS

O Banpará encerrou o 1T2024 com aumento no Ativo Total de 3,19% em relação ao 4T2023, e de 13,71% quando comparado com o mesmo período de 2023, aumento em decorrência do crescimento da carteira de crédito. Já o Patrimônio Líquido no 1T2024 aumentou em 3,95% quando comparado com o 4T2023 e 12,16% quando comparado com o 1T2023, reflexo da incorporação do resultado do período.

(em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Ativos Totais	17.608.770	17.063.590	3,19%	15.485.618	13,71%
Operações de Crédito	13.440.106	12.940.911	3,86%	11.258.391	19,38%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	852.134	602.621	41,40%	854.947	-0,33%
Títulos e Valores mobiliários	1.806.090	1.851.201	-2,44%	1.599.240	12,93%
Captações Totais	14.870.974	14.483.616	2,67%	13.100.226	13,52%
Patrimônio Líquido	1.983.699	1.908.309	3,95%	1.768.700	12,16%

Comentário do Desempenho

ÍNDICE E MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

O Banpará vem gerando resultados sobre seus ativos de forma crescente, apresentando, no 1T2024, um lucro com aplicação nos seus ativos de 1,84%. Em relação ao mesmo período do ano passado, apresentou um avanço neste índice de 0,58 pontos percentuais (p.p).

Em relação ao ROE, o resultado no 1T2024 foi de 16,41%. No comparativo ao mesmo período do ano anterior, houve um aumento de 4,99 p.p, resultados que enfatizam a geração de valor com seus próprios recursos.

	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Inadimplência (% da Carteira)	1,71%	1,72%	-0,58%	1,28%	33,59%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	1,84%	1,74%	5,74%	1,26%	46,03%
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE)	16,41%	15,44%	6,28%	11,42%	43,69%
Índice de Eficiência	63,53%	65,34%	-2,77%	72,32%	-12,15%
Índice de Provisão	2,72%	2,57%	5,84%	2,14%	27,10%
Índice de Cobertura	32,34%	32,27%	0,21%	31,40%	2,99%

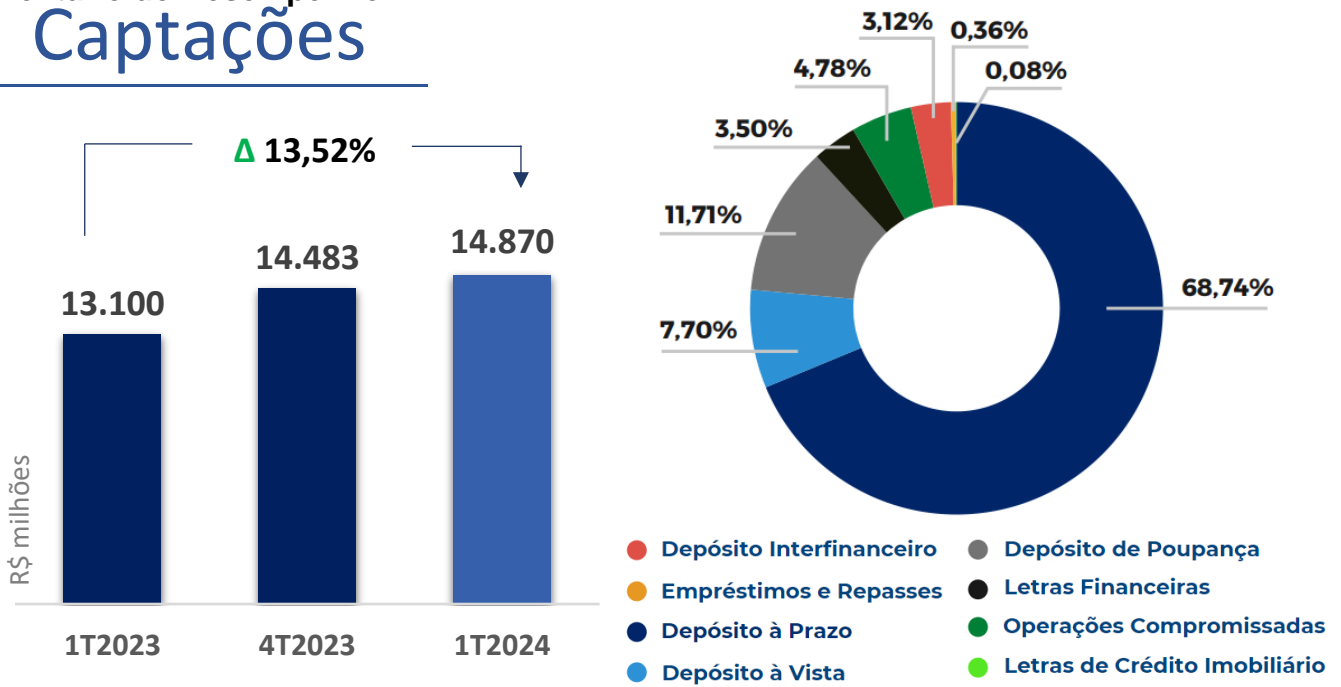
TOTAL DE ATIVOS POR TIPO

A conta operações de créditos é a mais representativa e vem apresentando saldos crescentes. As aplicações financeiras apresentaram maior volume em relação ao 4T2023 em Letras e Notas do Tesouro Nacional para serem trabalhadas em mercado.

(em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Disponibilidades	224.611	212.413	5,74%	250.278	-10,26%
Aplicações Financeiras	852.134	602.621	41,40%	854.947	-0,33%
Títulos e Valores mobiliários	1.806.090	1.851.201	-2,44%	1.599.240	12,93%
Relações Interfinanceiras	694.232	897.219	-22,62%	1.036.937	-33,05%
Operações de Créditos	12.907.733	12.428.527	3,86%	10.845.509	19,01%
Outros Créditos	899.463	865.513	3,92%	694.608	29,49%
Outros Valores e Bens	10.610	11.144	-4,79%	13.727	-22,70%
Permanente	213.897	194.952	9,72%	190.372	12,36%
Total	17.608.770	17.063.590	3,19%	15.485.618	13,71%

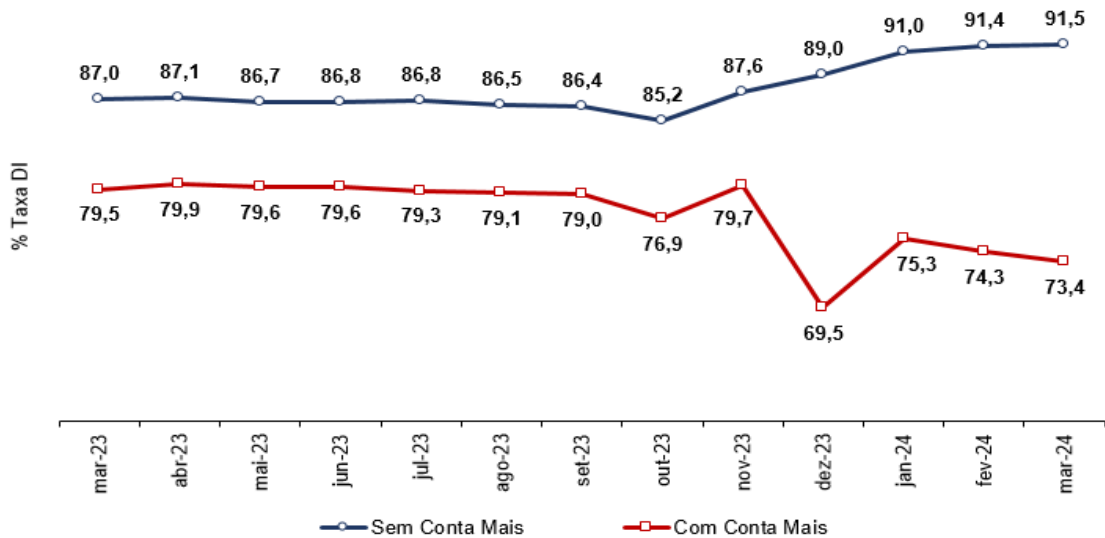
Comentário do Desempenho

Captações



No 1T2024, é relevante destacar o cenário de incremento percentual médio positivo, nos depósitos de Poupança, de 1,18% por mês, bem como a implementação do produto Letra de Crédito Imobiliário, em janeiro de 2024.

- **Diversificação do portfólio no período do 1T2024 em relação ao 4T2023 – Carteira Ativa:** Compra de 16.500 mil LFT no Mercado primário.



- **Curva de custo da carteira passiva:** O Custo Médio de Captação (excluindo CDB Conta Mais) registrou um valor de 91,5% em relação à Taxa DI, indicando um avanço de 4,5 p.p. nos últimos doze meses e um aumento de 2,5 p.p. em relação ao 4T2023. Analisando a captação por produto, destaca-se o saldo positivo do CDB Conta Mais como um dos principais impulsionadores de crescimento, resultando em uma diminuição na curva do custo total de captação (incluindo Conta Mais). Apesar de um aumento trimestral de 3,9 pontos percentuais, o custo total registrou uma redução anual de 6,1 pontos percentuais, encerrando o 1T2024 com 73,4% da Taxa DI.

Comentário do Desempenho

Risco de Crédito

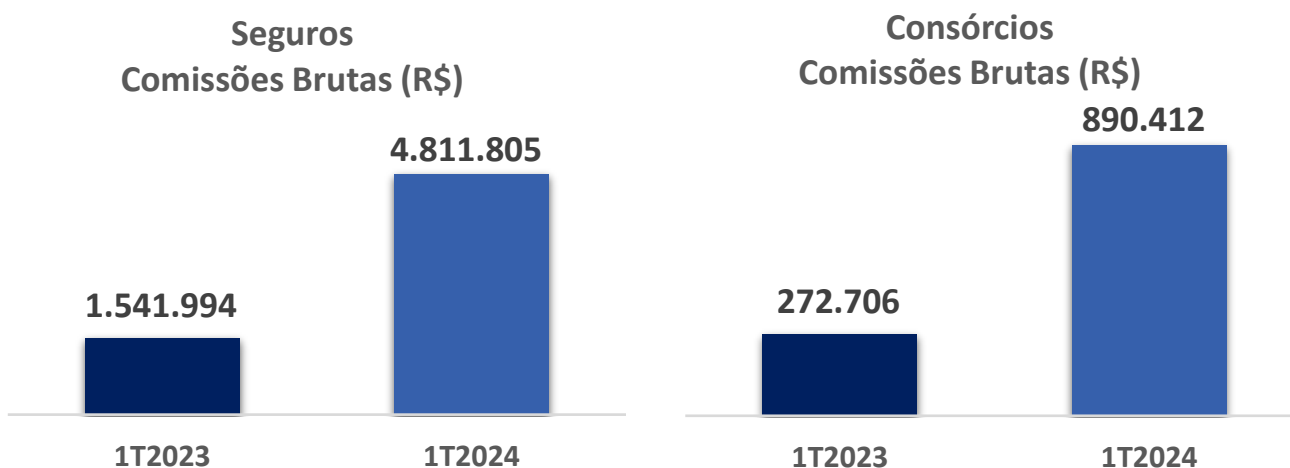
Linha de Crédito (em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Patrimônio de Referência	1.827.498	1.772.301	3,11%	1.637.481	11,60%
PR Nível I	1.827.498	1.772.301	3,11%	1.637.481	11,60%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia	15,13%	15,06%	0,47%	15,77%	-4,08%
RWA	12.080.029	11.769.884	2,64%	10.382.890	16,35%

No 1T2024, o Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu o montante de R\$ 1.827.498 mil, um aumento de 3,11% e 11,60%, quando comparado com o 4T2023 e 1T2023, respectivamente, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O Índice de Basileia – IB no 1T2024 foi de 15,13%, um crescimento de 0,47% em relação 4T2023, e uma redução de 4,08% em relação 1T2023. Ressalta-se que para o 4T2023 e 1T2023, a variação do montante de RWA cresceu em 2,64% e 16,35%, respectivamente. Em suma, o IB está acima do limite exigido pelo Bacen (10,5%) e acima do limite estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%).

Parcerias

No 1T2024, o destaque da carteira de seguros foi para o Seguro Prestamista Consignado, que representou 41% do total geral de comissão dos seguros, com o aumento de capital segurado do crédito individual do cliente, em caso de sinistro coberto.



Para os produtos de seguros e consórcio, houve um crescimento significativo no 1T2024 em relação ao mesmo período de 2023. O seguro, em específico, segue atingindo a meta de venda de acordo com a estratégia do Banco para o ano corrente, e o consórcio alcançou o bônus de performance por atingimento de meta, com expectativa de alavancagem e melhorias comerciais para os produtos Banpará.

Comentário do Desempenho

Retaguarda

6,6% de crescimento nas rendas sobre os Pacotes de Serviços PF e PJ

No 1T2024, constatou-se um incremento financeiro de R\$1,88 milhão, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Rendas Sobre Outros Serviços

Constatou-se um incremento financeiro de R\$ 92,14 mil no período de doze meses, comparando o 1T2024 e o 1T2023, representando 2,26 % de crescimento.

Contas ativas com pacote de serviços

O 1T2024 apresentou um crescimento trimestral de 2.597 novas adesões e crescimento anual de 9.735 novas adesões.

Cenário Econômico

CENÁRIO INTERNACIONAL

Fundo Monetário Internacional (FMI):

- janeiro de 2024: revisão da estimativa de crescimento da economia mundial em 2023 para 3,10%, ante 3,00% da previsão anterior (10/2023).

- Anos 2024 e 2025: estimativa de crescimento de 3,10% e 3,20%, respectivamente.

CENÁRIO NACIONAL

Os dados das Contas Nacionais, divulgados em março de 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira ficou estável na comparação do 3T2023 com o 4T2023 (série com ajuste sazonal).

Setores Econômicos:

- - Indústria: + 1,30%,
- - Serviços: + 0,30%
- - Agropecuária: -5,3%.

Na comparação com igual período de 2022, houve alta do PIB de 2,1% no 4T2023.

A expectativa do Banco Central do Brasil (BCB), publicada no Relatório de Inflação (03/2024), foi de que o crescimento do PIB em 2024 passou para 1,9%, ante 1,7% do relatório anterior (12/2023).

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de fevereiro de 2024 alta de 0,83%, 0,41p.p. acima da taxa do mês de janeiro de 2024 (0,42%).

CENÁRIO REGIONAL

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Comentário do Desempenho

(FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2024 e 2025 é de 2,64% e 3,33%, respectivamente.

- Neste sentido, o Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCRPA) de dezembro de 2023 apresentou crescimento de 9,10% em relação a dezembro de 2022 (série dessazonizada).
- A indústria paraense apresentou resultado negativo, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, publicada em março de 2024, referente ao mês de janeiro de 2024.
- A produção industrial do estado do Pará apresentou variação de 5,1% em relação a janeiro de 2023 (série ajustada sazonalmente).

Estratégia Corporativa

Com o foco no atendimento das expectativas dos clientes, a fim de gerar a satisfação por meio de uma experiência de qualidade com todas as interações na esfera da Instituição, a Estratégia Corporativa do Banpará possui um horizonte de 05 anos, sendo revisada anualmente. Destacam-se as principais estratégias no 1T2024:

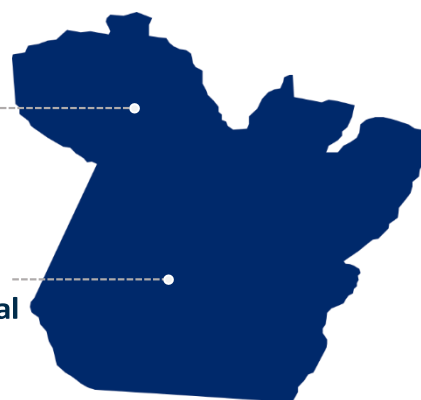
- O aumento da cobertura bancária dentro do Estado, com a inauguração de novas agências em municípios sem unidades do Banpará;
- Expansão da carteira imobiliária, com a ampliação dos produtos e serviços ofertados, visando a satisfação dos clientes e o aumento no *marketshare*;
- Ampliação na atuação da comercialização de produtos voltados para a economia de baixo carbono;
- Melhoria na criação e monitoramento de indicadores de desempenho, assim como o desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento das necessidades dos clientes para executar-se melhorias internas.

Rede de Atendimento

	200 Pontos de Atendimento
	160 Agências
	36 Postos de Atendimento
	41 PAE's
	04 CAV's

Cobertura Municipal
141 – 97,91%

Cobertura Populacional
98,80%



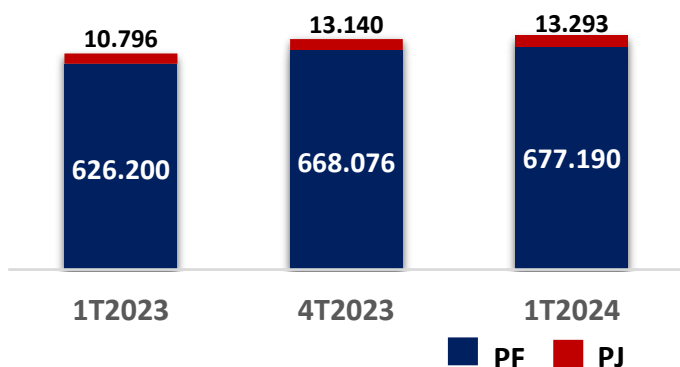
O Banpará encerrou o 1T2024 presente em 141 municípios paraenses, dentre os 144 que compõem o Estado do Pará, disponibilizando à população uma rede de atendimento que contempla Agências,

Comentário do Desempenho

Postos de Atendimento e CAV's, além de uma rede de uma rede de auto-atendimento com Postos de Atendimento Eletrônico (PAE's) e ATM's.

No Período, foi inaugurada uma agência no município de Placas, localidade que não contava com atendimento bancário. Dessa forma, o Banco firma seu compromisso em garantir a bancarização da população do Estado do Pará, desempenhando importante papel social no desenvolvimento de comunidades desassistidas.

Canais e Clientes



No 1T2024, o Banpará alcançou a base de 690.483 clientes ativos, representando um crescimento anual de 8,39%.

Em relação aos clientes Pessoa Física, o aumento em um ano foi de 8,14% e Pessoa Jurídica foi de 23,13%, evidenciando o crescimento no alcance desse público.

CANAIS DIGITAIS



No 1T2024, os canais eletrônicos oferecidos pelo Banpará registraram uma movimentação financeira de R\$ 11,45 bilhões, marcando um crescimento significativo de aproximadamente 6,94% em comparação com o mesmo período de 2023.

O resultado foi impulsionado pelo **Mobile Banking**, que teve um aumento de 44,50% no volume financeiro transacionado, totalizando aproximadamente R\$ 4,7 bilhões no 1T2024.

R\$ 156,68 mil

Receita realizada no 1T2024, oriunda de Juros e Tarifas de Saque a Crédito.

11,23%

Crescimento, em um ano, no número de clientes que utilizam os **Canais Digitais**.

26,73%

Crescimento das operações realizadas por meio do PIX. (1T2024/1T2023)

A Ivi, Assistente Virtual do Banpará, realizou **38.539** atendimentos no 1T2024. Essa ferramenta contribuiu significativamente para a experiência do cliente e eficiência operacional, através de:

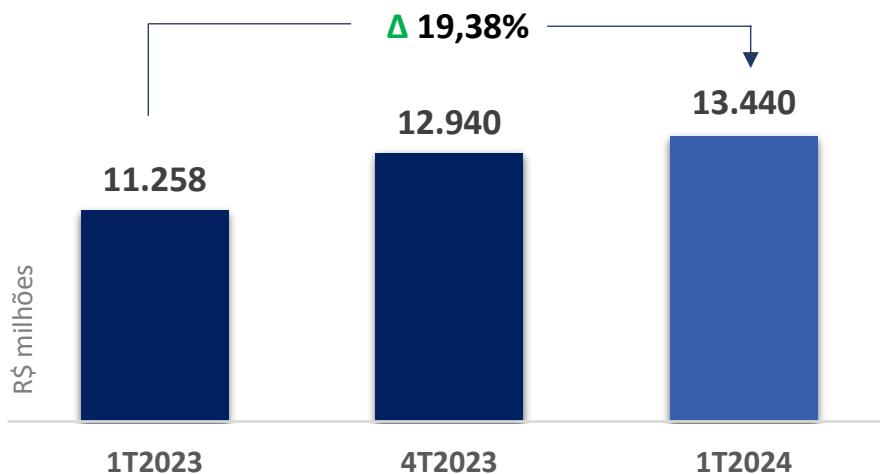
- Melhoria na usabilidade e eficiência dos fluxos de atendimento;
- Acesso rápido e prático a informações, reduzindo a busca manual;
- Diminuição da carga nos canais tradicionais de atendimento.



Comentário do Desempenho

Carteira de Crédito

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLA



PESSOA FÍSICA

Linha de Crédito (em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Crédito Consignado	10.113.727	9.837.969	2,80%	8.542.710	18,39%
Banparacard	1.277.577	1.274.586	0,23%	1.288.287	-0,83%
Cheque Especial	5.328	5.354	-0,49%	6.971	-23,56%
Novo Parcelado (Crédito Parcelado)	493	355	38,87%	378	30,42%
Multicred – Funcionário/Cliente	-	-	-	1,6	0%
CredComputador	251	396	-36,61%	1.383	-81,85%
Antecipação da Restituição do IR	12.671	150	8.347,33%	15.764	-19,62%
Sazonal	86.183	2.491	3.359,77%	79.637	8,21%
Parcelado Cheque	223	302	-26,15%	184	21,19%
TOTAL	11.496.453	11.121.603	3,37%	9.935.315,6	15,71%

O Crédito Parcelado, linha de crédito pessoal destinada anteriormente somente à clientes autônomos e profissionais liberais, passou por estudo que modificou os seguintes parâmetros a partir do final de março/2024:

- Limite máximo de crédito passou a ser de R\$ 150.000,00;
- Aumento no prazo máximo de parcelamento, com as taxas se diferenciando de acordo com o número de parcelas escolhidas;
- Público alvo expandido.



Comentário do Desempenho

PESSOA JURÍDICA

Linha de Crédito (em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Capital de Giro	74.674	70.111	6,50%	43.153	73,04%
Cheque Empresarial	3.562	3.302	7,87%	4.875	-26,93%
Desconto de Duplicata	1.813	917	97,70%	8	22.562,5%
Giro Rápido	113.472	93.684	21,12%	75.885	49,53%
TOTAL	193.521	168.014	15,18%	123.921	56,16%

No 1T2024 o saldo total da carteira PJ aumentou 56,16% em relação ao mesmo período do ano de 2023, e 15,18% quando comparado ao 4T2023.

Como impulsionador do resultado, destaca-se o produto Desconto de Duplicata, que obteve um crescimento expressivo na quantidade de operações realizadas mensalmente. Comparando com o 1T2023, houve um incremento de saldo de R\$ 1,80 milhões no 1T2024.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Saldo Acumulado (em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Pessoa Física	867.022	784.565	10,50%	502.989	72,37%
Pessoa Jurídica	105.282	95.096	10,71%	42.417	148,20%
TOTAL	972.304	879.661	10,53%	545.406	78,27%

R\$ 21,38 milhões

Receita realizada no 1T2024, oriunda das linhas PF e PJ

0,39%

Índice de Inadimplência no 1T2024

69,88%

Dos contratos ativos são de servidores públicos, um crescimento anual de 10,67%

CRÉDITO DE FOMENTO

Linha de Crédito (em R\$ mil)	1T2024	4T2023	%	1T2023	%
Energia Solar	53.186	44.352	19,91%	15.436	244,55%
Microcrédito	89.943	94.390	-4,7%	102.740	-12,45%
Crédito Rural	145.127	139.964	3,68%	113.944	27,36%
BNDES	42.130	42.296	-0,39%	23.719	77,62%
FUNGETUR	2.777	2.114	31,36%	2.809	-1,13%
TOTAL	333.163	323.116	3,10%	258.648	28,80%

Comentário do Desempenho

O crédito rural apresentou no acumulado do 1T2024, em comparação ao 1T2023, um aumento de 27,37%. O produto destina-se a apoiar pequenos e grandes produtores rurais, incluindo a linha BanparáBio, que financia Sistemas Agroflorestais e demais atividades e serviços agropecuários pautados na sustentabilidade ambiental e social.



A linha de financiamento para a energia solar apresentou um incremento de 244,56% quando comparado com o 1T2023, representando um importante estímulo na diversificação da matriz energética no Estado, contribuindo significativamente para a preservação do meio ambiente.

Na concessão das linhas de crédito ofertadas pelo BNDES, operacionalizadas pelo Banpará, com foco no fomento de diversos setores da economia paraense, houve um crescimento de 77,62% no 1T2024 em comparação com o mesmo período do ano passado.

Assim, o Banco vem investindo na criação de projetos visando gerar impacto ambiental e social positivos, diante da necessidade de proporcionar o desenvolvimento de um mercado dinâmico, com soluções financeiras para projetos com foco ambiental, fundamentalmente para atenção a projetos voltados ao atendimento de mudanças climáticas, à redução da pobreza, com foco nas diretrizes de ASG.

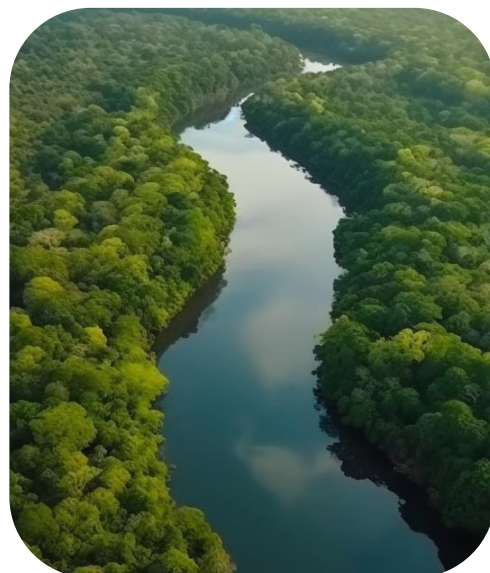
14.374

Contratos de Microcrédito ativos no 1T2024

Socioambiental

PRSAC e AGENDA ASG

- No 1T2024, supervisionaram-se processos internos em relação aos riscos sociais, ambientais e climáticos (SAC), seguidos pelo mapeamento de controles;
- Análise de projetos quanto aos riscos SAC e Reputacionais;
- Condução de treinamento específico sobre questões ASG (Ambientais, Sociais e de Governança), abordando o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa;
- Acompanhamento das recomendações de mitigação de riscos SAC, de imagem e reputação em projetos, sem incidentes que levassem a crises de imagem ou reputação;
- Implementação de nove indicadores de risco em tecnologia e segurança da informação, com metas e limites de tolerância estabelecidos para manter os riscos em níveis controlados e aceitáveis;
- O apetite ao risco operacional da Instituição é declarado anualmente, considerando o perfil de negócio e as metas estratégicas da alta governança.

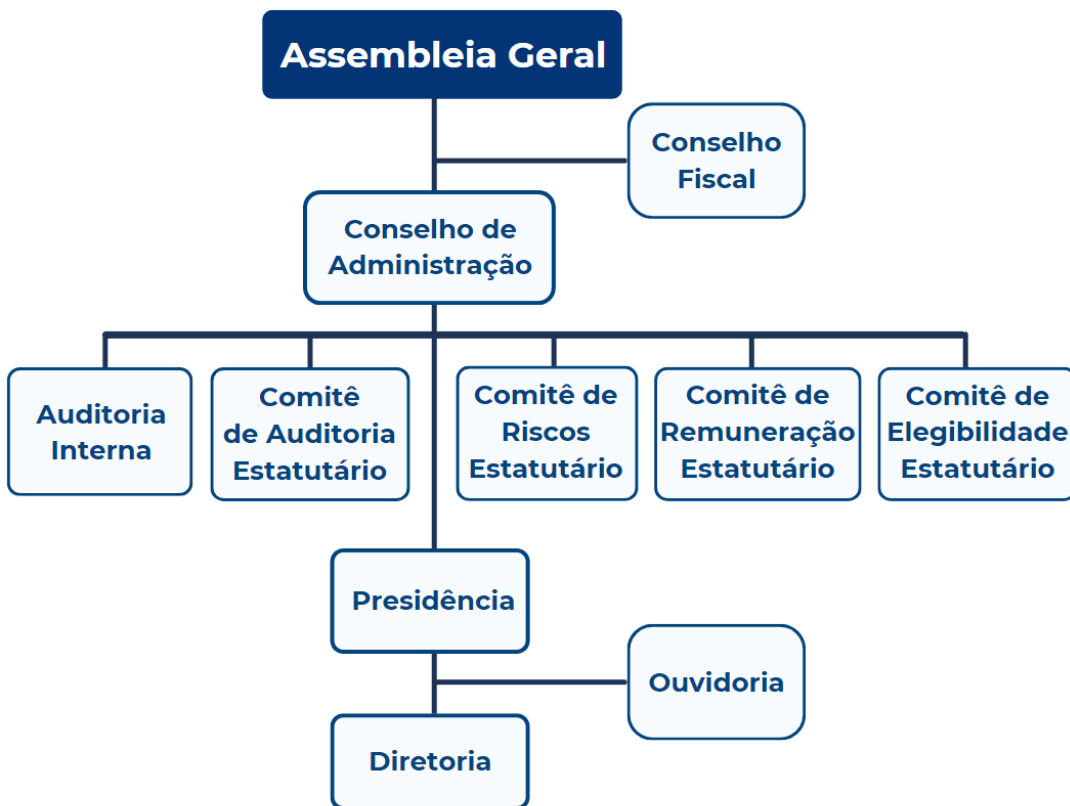


Comentário do Desempenho
GOVERNANÇA DE SUSTENTABILIDADE

Ambiental	Processo em execução para diversificação de matriz energética, para uso de energia fotovoltaica para todas as unidades do Banpará
Social	Foram oferecidos benefícios para a saúde e o bem-estar dos funcionários, como o programa Mais Saúde e o abono atividade física, assim como o programa de desenvolvimento educacional do Banco, que ofereceu treinamentos voltados para questões como ASG, combate à corrupção, riscos e outros.
Governança	Reestruturação da área de riscos financeiros, e a criação de área específica para modelagem de risco social, ambiental e climático; Criação do Núcleo de Bioeconomia, Bolsa e Ativos Verdes, visando proporcionar o desenvolvimento de um mercado dinâmico, com foco nas diretrizes de ASG.

Governança Corporativa

O Banco do Estado do Pará S.A está aderente às melhores práticas de mercado, no que se refere à sua estrutura de Governança Corporativa. Para isso, a instituição conta com uma estrutura sólida e bem definida, composta da seguinte forma:



O Banpará é administrado por um Conselho de Administração, eleito e destituível pela Assembleia Geral, e por uma Diretoria Colegiada, eleita e destituível pelo Conselho de Administração.

Comentário do Desempenho

Conselho da Administração 08 membros 25% independentes	Gênero 02 femininos 06 masculinos
Conselho Fiscal 03 membros 100% independentes	Gênero 03 masculinos
Diretoria 06 membros 100% funcionários de carreira	Gênero 02 femininos 04 masculinos

Premiação



SELO MAIS MULHERES NA LIDERANÇA

No 1T2024, o Banpará recebeu o **Selo Mais Mulheres na Liderança**, concedido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), para às instituições associadas que demonstram um compromisso com a promoção da equidade de gênero em suas estruturas de liderança, demonstrando o empenho do Banco em promover a diversidade e a inclusão em seus aspectos de sua operação.



AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA

Compromisso com a excelência
FEBRABAN

SELO DE AUTORREGULAÇÃO

O Banpará alcançou a renovação do **Selo de Autorregulação** da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que confirma o compromisso voluntário com os eixos:

- Relacionamento com o consumidor;
- Combate ao financiamento do terrorismo e PLD; e
- Responsabilidade Socioambiental.

Ratings

AGÊNCIA	DATA	ESCALA	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	PERSPECTIVA
MOODY'S	Jun/23	Local	AA-.br	ML A-1.br	Negativa
	Out/23	Global	Ba2	NP	Estável
STANDARD & POOR'S	Ago/23	Local	BrAA+	BrA-1+	Estável
	Ago/23	Global	BB-	B	Estável

Comentário do Desempenho

Composição Acionária

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PRE MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	19	0,0002%
Demais Acionistas	1.442	0,152%
TOTAL	9.521.649	100%

Marketing

**Esporte:**

O Banco patrocinou, dentre outros, o maior evento do estado, conhecido como Parazão Banpará.

**Cultura:**

- A instituição destacou-se por seu apoio ao Carnaval Sustentável em Belém;
- Exposição fotográfica “Juruti – Festival das Tribos”, que percorre algumas capitais do país, fortalecendo a cultura do estado e a marca do Banpará.



Banpará concentrou-se em reforçar sua presença online, além dos canais tradicionais, ampliando o engajamento do público e estimulando o acesso aos seus produtos e serviços financeiros.



Foram destinados recursos para entidades filantrópicas e outros projetos nas áreas de Cultura, Fomento e Esporte, reafirmando assim o compromisso institucional e estimulando tanto a cultura quanto a economia local nos diferentes municípios.



Essas ações de apoio e patrocínio refletem o comprometimento do Banco do Estado do Pará com o fomento de atividades esportivas, culturais e sociais de grande relevância para a comunidade paraense, buscando contribuir de forma significativa para o seu crescimento e desenvolvimento.

Comentário do Desempenho

Controles Internos e Compliance

A área de Controles Internos e *compliance* tem como objetivo garantir que as atividades da Instituição sejam realizadas de acordo com:

- Ambiente de controle alinhado à legislação vigente;
- Diretrizes internas;
- Boas práticas de governança corporativa;
- Foco no eficaz gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade segue uma estrutura baseada nos principais componentes:
 - COSO (comitee of sponsoring organizations);
 - Resolução CMN nº 4.968/2021; e
 - Resolução nº 4.595/2017.
- Desta maneira, os riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e tratados dentro do contexto do apetite a riscos definido pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração.

DE QUE FORMA ISSO É FEITO?

Implementação de atividades de avaliação de risco de *compliance* e de controle realizada pela área, visando assegurar, de maneira apropriada e oportuna, respostas eficazes aos riscos avaliados.

- 1T2024:** avaliação de efetividade da política, dos procedimentos e dos controles internos estabelecida pela Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, com vistas a prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento do terrorismo.

PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E TERRORISMO – PLD/FT

- Procedimentos internos de controle: visam mitigar os riscos associados à utilização dos produtos e serviços em atividades ilícitas;
- Procedimentos fundamentados na Política Institucional de PLD/FT e na metodologia de avaliação de risco de PLD/FT:
 - Utilização de ferramentas de monitoramento;
 - Aplicação das políticas de identificação e qualificação de clientes ("conheça seu cliente", "conheça seu funcionário" e "conheça seu fornecedor e prestador de serviços terceirizados");
 - Avaliação de risco sob a ótica de PLD em relação a novos produtos, serviços e transações.
- A instituição está em constante aprimoramento de processos e procedimentos sobre o tema, visando seu comprometimento com as melhores práticas e proporcionando um ambiente mais seguro e eficiente para seus clientes e o mercado.

Comentário do Desempenho

Projetos Estratégicos

Principais projetos em andamento, com foco na facilitação do acesso a grupos menos privilegiados:

- BanparaBio+** - Pagamento por Serviço Ambiental, que busca recompensar financeiramente serviços prestados ao meio ambiente.
- Crédito Rural** – PRONAF e o Capital de Giro: garantia no Fundo de Amparo ao Pequeno e Microempreendedor; direcionados principalmente para clientes que, de outra forma, teriam dificuldade em obter crédito para o desenvolvimento de suas atividades.
- Condução de projetos voltados para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Pará, com foco especial em iniciativas alinhadas aos temas abordados na COP30.
- Entrega 1T2024:** Energia Solar PJ

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 1º trimestre de 2024 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Adriano de Aguiar Ribeiro

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins



Notas Explicativas

Notas Explicativas 1T2024



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020 e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

- CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;

Notas Explicativas

- CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias foram aprovadas em 9 de maio de 2024.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Notas Explicativas

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisões, ativos e passivos contingentes;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde;
e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras Intermediárias contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Notas Explicativas

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras Intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Notas Explicativas

Títulos para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 31 de março de 2024, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o exercício de 31 de dezembro 2023, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía qualquer saldo registrado e/ou apurou resultado de operações dessa natureza.

Notas Explicativas

f. Relações Interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/Agentes Financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Notas Explicativas

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7.2).

Notas Explicativas

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa nº 8b).

j. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

Notas Explicativas

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

Notas Explicativas

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras Intermediárias porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

Notas Explicativas

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Notas Explicativas

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

u. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Notas Explicativas

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	31.03.2024	31.12.2023
Caixa	224.611	212.413
Disponibilidades em moeda nacional	205.837	194.143
Disponibilidades em moeda estrangeira	18.774	18.270
Equivalente de Caixa	340.084	100.019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	340.084	100.019
Total	564.695	312.432

O montante de R\$ 564.695 em 31 de março de 2024 (R\$ 312.432 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	31.03.2024	31.12.2023
Aplicações - Mercado Aberto	340.084	100.019
Posição bancada	340.084	100.019
Letras financeiras do tesouro	100.024	-
Notas do tesouro nacional	240.060	100.019
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	512.050	502.602
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	512.050	502.602
Total	852.134	602.621

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Rendas	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Posição bancada	14.528	29.445
Depósitos interfinanceiros	9.448	13.951
Total	23.976	43.396

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, tendo sua redução justificada pela diminuição no saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez em decorrência da redução da taxa SELIC durante os últimos meses.

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores Mobiliários

5.1 Classificação por tipo de papel

Títulos	31.03.2024	31.12.2023
Livres	961.210	611.357
Letras Financeiras do Tesouro	670.029	323.539
CVS (a)	41.057	44.621
Letras de crédito imobiliário	248.631	241.696
Cotas de fundos de investimento em participações (b)	1.427	1.437
Bladex	66	64
Vinculados a operações compromissadas	715.201	1.101.775
Letras Financeiras do Tesouro	715.201	1.101.775
Vinculados ao Banco Central	129.679	130.937
Letras Financeiras do Tesouro	129.679	130.937
Vinculados à prestação de garantia	-	7.132
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.132
Total	1.806.090	1.851.201
Circulante	1.763.540	1.805.079
Não circulante	42.550	46.122

(a) Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS) emitidos pelo Tesouro Nacional como parte da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, provenientes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Estes títulos são mantidos na carteira bancária, ou seja, até o seu vencimento. Quanto à metodologia de marcação a mercado (MaM), o preço unitário (PU) de cada título é discriminado por tipo (A, B, C e D) e calculado mensalmente por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando a curva de juros de cupom de Taxa Referencial (TR) como fator de desconto. Nesse contexto, entendemos que o ajuste a valor de mercado serve apenas como informação adicional, não sendo registrado nas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Notas Explicativas

5.2 Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Sem vencimento	Meses		Anos			31.03.2024	31.12.2023
		Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	-	255.950	584.948	364.359	558.283	1.763.540	1.805.079
Títulos públicos	-	-	255.950	584.948	364.359	558.283	1.763.540	1.805.079
Letras de crédito imobiliário	-	-	248.631	-	-	-	248.631	241.696
Letras financeiras tesouro	-	-	7.319	584.948	364.359	558.283	1.514.909	1.563.383
Títulos mantidos até o vencimento (a)	-	-	1.427	41.057	-	-	42.484	46.058
Títulos públicos	-	-	-	41.057	-	-	41.057	44.621
CVS	-	-	-	41.057	-	-	41.057	44.621
Títulos privados	-	-	1.427	-	-	-	1.427	1.437
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	1.427	-	-	-	1.427	1.437
Títulos sem vencimento	66	-	-	-	-	-	66	64
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior	66	-	-	-	-	-	66	64
Bladex	66	-	-	-	-	-	66	64
Total em 31.03.2024	66	-	257.377	626.005	364.359	558.283	1.806.090	-
Total em 31.12.2023	64	320.925	248.828	471.775	454.160	355.449	-	1.851.201

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 31 de março de 2024 e de 31 de dezembro 2023. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.3 Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	31.03.2024		31.12.2023		31.03.2024	31.12.2023
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.762.883	1.763.540	1.805.007	1.805.079	657	72
Letras de crédito imobiliário	248.631	248.631	241.696	241.696	-	-
Letras financeiras do tesouro	1.514.252	1.514.909	1.563.311	1.563.383	657	72
Mantidos até o vencimento (a)	42.484	42.484	46.058	46.058	-	-
CVS	41.057	41.057	44.621	44.621	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.427	1.427	1.437	1.437	-	-
Sem vencimento	66	66	64	64	-	-
Bladex	66	66	64	64	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

5.4 Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	31.03.2024	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito imobiliário	248.631	-	248.631
Letras financeiras do tesouro	1.514.909	1.514.909	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	41.057	-	41.057
Cotas de fundos de invest. em participações.	1.427	-	1.427
Sem vencimento			
Bladex	66	-	66
Total	1.806.090	1.514.909	291.181

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2023	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito imobiliário	241.696	-	241.696
Letras financeiras do tesouro	1.563.383	1.563.383	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	44.621	-	44.621
Cotas de fundos de invest. em participações	1.437	-	1.437
Sem vencimento			
Baldex	64	-	64
Total	1.851.201	1.563.383	287.818

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Nível 3 – Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	31.03.2024	31.03.2023
Resultado de títulos de renda fixa	48.293	49.780
Resultado de títulos de renda variável	(9)	4
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	583	1.177
Total	48.867	50.961

6. Relações Interfinanceiras

Contas	31.03.2024	31.12.2023
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	151.673	223.804
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	142.996	277.359
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	346.334	342.108
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	54.144	53.948
(-) Provisão para perdas em títulos vinculados	(915)	-
Total	694.232	897.219
Circulante	640.088	843.271
Não circulante	54.144	53.948

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 54.144 em 31 de março de 2024 (R\$ 53.948 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	31.03.2024	31.12.2023
Operações de crédito	13.270.189	12.756.479
Empréstimos e Títulos descontados	12.058.372	11.650.926
Financiamentos	94.872	86.415
Financiamentos rurais e agroindustriais	145.127	139.963
Financiamentos imobiliários	971.818	879.175
Outras rubricas	169.917	184.432
Valores a receber relativos a transações de pagamento	103.045	110.148
Operações de câmbio	66.872	74.284
Total da carteira de crédito	13.440.106	12.940.911
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(365.290)	(332.605)
Provisões constituídas	(362.456)	(327.952)
Outros créditos (Nota 8)	(2.834)	(4.653)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	13.074.816	12.608.306
Circulante	3.612.609	3.391.113
Não circulante	9.462.207	9.217.193

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	31.03.2024	31.12.2023
Pessoa física	13.030.798	12.560.356
Consignados	10.113.727	9.837.970
Banparacard	1.277.578	1.274.586
Cheque especial	5.484	5.511
Cartão de crédito	176.231	181.090
Sazonais	98.855	2.643
Imobiliário	867.022	784.566
Outros	491.901	473.990
Pessoa jurídica	409.308	380.555
Cheque empresarial	3.815	3.638
Capital de giro	190.071	165.175
Imobiliário	105.282	95.096
Outros	110.140	116.646
Total	13.440.106	12.940.911

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2024	31.12.2023
Parcelas vincendas	7.909.726	4.644.705	233.623	70.413	142.645	43.014	25.702	53.350	157.206	13.280.384	12.799.199
Até 30 dias	216.104	160.617	15.784	7.739	5.392	2.736	1.395	2.381	7.780	419.928	400.778
31 a 60 dias	198.555	147.689	18.795	4.809	4.285	2.399	1.134	2.128	6.759	386.553	366.937
61 a 90 dias	55.989	63.693	8.782	3.290	3.445	2.012	824	1.355	4.164	143.554	333.872
91 a 180 dias	521.715	378.197	83.859	9.033	10.296	6.553	2.684	4.780	16.095	1.033.212	717.466
181 a 360 dias	963.438	598.930	39.755	11.966	16.202	5.853	3.794	7.447	23.957	1.671.342	1.616.664
Acima de 360 dias	5.953.925	3.295.579	66.648	33.576	103.025	23.461	15.871	35.259	98.451	9.625.795	9.363.482
Parcelas vencidas	-	12.483	6.244	10.242	15.513	9.520	7.703	12.204	85.813	159.722	141.713
Até 14 dias	-	12.390	3.620	2.384	1.692	987	606	1.101	4.784	27.564	24.286
15 a 30 dias	-	93	2.623	2.245	630	1.376	225	501	888	8.581	9.594
31 a 60 dias	-	-	1	5.613	4.114	1.114	687	1.464	5.670	18.663	15.108
61 a 90 dias	-	-	-	-	9.077	1.115	666	1.358	6.088	18.304	14.661
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	4.928	5.519	7.759	21.308	39.514	38.462
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	21	47.072	47.093	39.463
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	140
Total em 31.03.2024	7.909.726	4.657.188	239.867	80.655	158.158	52.534	33.405	65.554	243.019	13.440.106	-
Total em 31.12.2023	7.730.965	4.390.045	265.526	62.034	141.505	33.845	32.509	63.008	221.474	-	12.940.911

d. Por setores de atividade

Setores	31.03.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	12.015.948	89,40	11.632.945	89,90
Varejo - Pessoas Jurídicas	198.346	1,48	171.994	1,33
Rural - Pessoa Física e Jurídica	145.127	1,08	139.964	1,08
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	41.508	0,31	42.062	0,33
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	972.305	7,23	879.662	6,80
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	66.872	0,50	74.284	0,57
Total	13.440.106	100,00	12.940.911	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	31.03.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	56.820	0,42	55.357	0,43
10 seguintes maiores devedores	190.795	1,42	189.037	1,46
20 seguintes maiores devedores	149.162	1,11	122.167	0,94
50 seguintes maiores devedores	96.580	0,72	97.204	0,75
100 seguintes maiores devedores	116.016	0,86	113.514	0,88
Demais devedores	12.830.733	95,47	12.363.632	95,55
Total	13.440.106	100,00	12.940.911	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	31.03.2024	31.03.2023
Saldo no início do período	(332.605)	(230.704)
Provisões constituídas	625.633	447.986
Reversões de provisões	537.532	398.669
Valores baixados ou compensados com créditos	58.250	43.961
Saldo final do período	(362.456)	(236.060)
Outros créditos - Saldo no início do período	(4.653)	(3.949)
Provisões constituídas	10.644	10.581
Reversões de provisões	12.463	9.680
Outros créditos - Saldo no final do período	(2.834)	(4.850)
Saldo final do período	(365.290)	(240.910)
Circulante	(201.701)	(138.299)
Não circulante	(163.589)	(102.611)

7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	31.03.2024	31.03.2023
Saldo no início do período	188.917	149.998
Renegociação	62.366	23.522
Recebimentos	(46.204)	(11.227)
Baixas	(6.133)	(1.708)
Saldo final do período	198.946	160.585
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	74.721	58.723
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	37,56%	36,57%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	31.03.2024	31.03.2023
Adiantamento a depositante	27	139
Empréstimo	679.412	565.724
Financiamento com interveniência	4.099	1.203
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	11.911	8.861
Financiamentos rurais	3.784	3.035
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	20.533	11.800
Total	719.766	590.762

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	31.03.2024	31.12.2023
Carteira de câmbio	128.400	131.909
Créditos a receber	4.353	7.250
Serviços prestados a receber	4.347	7.243
Serviços prestados em arranjo de pagamento	6	7
Créditos diversos	503.954	488.516
Adiantamento e antecipações salariais	18.347	8.122
Adiantamento para pagamento	51.116	66.122
Devedores por depósitos em garantia (a)	119.476	117.036
Imposto e contribuições a compensar	130.818	126.381
Pagamentos a ressarcir	2.307	1.999
Título e crédito a receber sem característica de concessão	3.295	5.718
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	103.046	110.148
Devedores diversos – País (c)	75.549	52.990
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(7.589)	(8.653)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(2.834)	(4.653)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(4.755)	(4.000)
Circulante	629.118	619.022

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados, em sua maioria, aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 103.046 em 31 de março de 2024 (R\$ 110.148 em 31 de dezembro de 2023) e estão assim distribuídos:

Contas	31.03.2024	31.12.2023
BANPARÁ Mastercard	103.044	110.116
Valores a faturar	13.774	16.008
Faturados a receber	34.583	35.729
Parcelado lojista a agendar bandeira	54.687	58.379
Cartão BANPARÁ	2	32
Parcelado sem juros	2	32
Total	103.046	110.148

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 75.549 em 31 de março de 2024 (R\$ 52.990 em 31 de dezembro de 2023), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 4.755 em 31 de março de 2024 (R\$ 4.852 em 31 de março de 2023), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	31.03.2024	31.03.2023
Saldo no início do período	(4.000)	(6.251)
Provisões constituídas	(2.042)	(1.638)
Reversões de provisões	1.287	3.037
Saldo final do período	(4.755)	(4.852)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.272	59.074	25.321	10.836	123.252	15.192	171	235.118
Depreciação acumulada	-	(38.179)	(17.848)	(7.305)	(103.653)	(9.046)	(171)	(176.202)
Líquido 31.12.2023	1.272	20.895	7.473	3.531	19.599	6.146	-	58.916
Aquisições	-	-	1.188	-	31	-	-	1.219
Baixas custo	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(162)	(429)	(165)	(1.450)	(262)	-	(2.468)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	-	(162)	759	(165)	(1.419)	(262)	-	(1.249)
Custo	1.272	59.074	26.509	10.836	123.283	15.192	171	236.337
Depreciação acumulada	-	(38.341)	(18.277)	(7.470)	(105.103)	(9.308)	(171)	(178.670)
Líquido 31.03.2024	1.272	20.733	8.232	3.366	18.180	5.884	-	57.667

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	176.882	39.090	3.000	13.851	232.823
Amortização acumulada	(95.676)	-	(1.125)	(14)	(96.815)
Líquido 31.12.2023	81.206	39.090	1.875	13.837	136.008
Aquisições	2.199	27.258	-	-	29.457
Baixas custo	(1.848)	-	-	-	(1.848)
Baixas amortização	1.848	-	-	-	1.848
Amortização	(8.883)	-	(375)	(5)	(9.263)
Transferências	2.711	(2.711)	-	-	-
Movimentação líquida	(3.973)	24.547	(375)	(5)	20.194
Custo	179.944	63.637	3.000	13.851	260.432
Amortização acumulada	(102.711)	-	(1.500)	(19)	(104.230)
Líquido 31.03.2024	77.233	63.637	1.500	13.832	156.202

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

Contas	31.03.2024	31.12.2023
Circulante	9.742.253	8.428.711
Depósitos à vista	1.149.620	863.389
Depósitos do público	371.915	463.109
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	9.752	14.727
Depósitos de governo	767.551	385.151
Depósitos a prazo	6.378.370	5.333.469
Depósitos de poupança	1.748.159	1.777.554
Depósitos interfinanceiros	466.104	454.299
Não circulante	3.880.649	4.446.403
Depósitos a prazo	3.880.649	4.446.403
Total	13.622.902	12.875.114

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

Notas Explicativas

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2024	31.12.2023
Sem vencimento	1.149.620	733	-	1.748.159	2.898.512	2.640.995
Até 30 dias	-	348.682	-	-	348.682	202.148
De 31 a 60 dias	-	188.924	-	-	188.924	243.204
De 61 a 90 dias	-	281.787	-	-	281.787	236.905
De 91 a 180 dias	-	958.163	466.104	-	1.424.267	885.502
De 181 a 360 dias	-	4.600.081	-	-	4.600.081	4.219.957
Acima de 360 dias	-	3.880.649	-	-	3.880.649	4.446.403
Total	1.149.620	10.259.019	466.104	1.748.159	13.622.902	12.875.114

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	31.03.2024	31.12.2023
Sociedades ligadas	685.943	5.006.719	-	-	5.692.662	4.257.554
Pessoas físicas	244.167	1.433.835	-	-	1.678.002	3.457.226
Invest. institucionais	-	2.027	-	1.687.139	1.689.166	2.004
Instituição financeira	402	-	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	130.072	2.809.985	-	61.020	3.001.077	3.598.811
Governo municipal	82.280	1.006.453	-	-	1.088.733	1.098.720
Outros	6.756	-	466.104	-	472.860	460.397
Total	1.149.620	10.259.019	466.104	1.748.159	13.622.902	12.875.114

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	31.03.2024	31.12.2023
Recompras a liquidar - Carteira própria	713.941	1.100.173
Total	713.941	1.100.173

e. Despesas de captação

	31.03.2024	31.03.2023
Depósitos de poupança	(27.014)	(29.732)
Depósitos interfinanceiros	(11.805)	-
Depósitos a prazo	(191.465)	(249.764)
Depósitos judiciais	(1)	(1)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(17.908)	(2.989)
Letras financeiras	(14.374)	(5.850)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(4.018)	(3.909)
Total	(266.585)	(292.245)

11. Relações Interfinanceiras

	31.03.2024	31.12.2023
Transação de pagamento	122.665	102.019
Total	122.665	102.019

Notas Explicativas

O montante de R\$ 122.665 em 31 de março de 2024 (R\$ 102.019 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de Títulos

	31.03.2024	31.12.2023
Circulante	196.526	189.192
Recursos de letras financeiras	196.526	189.192
Não circulante	337.605	319.137
Recursos de letras financeiras	337.605	319.137
Total	534.131	508.329

O montante de R\$ 534.131 em 31 de março de 2024 (R\$ 508.329 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas as taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos entre 2 a 5 anos (em 31 de dezembro de 2023 entre 106% e 107,5%, com prazos de 2 a 5 anos). Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31.03.2024	31.12.2023
No exterior	10.074	9.577
No país	43.253	42.774
Total	53.327	52.351

O montante de R\$ 53.327 em 31 de março de 2024 (R\$ 52.351 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (*Funding*) em bancos de outros países.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

Notas Explicativas

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	31.03.2024	31.12.2023
Circulante	195.324	206.844
Provisão com pessoal	91.726	83.866
Provisão com PLR	15.413	26.666
Provisão para outras despesas administrativas	46.255	54.910
Passivo para risco – Trabalhista	25.967	25.849
Passivo para risco – Cível	9.970	9.780
Passivo para risco – Tributária	3.251	3.168
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	63	63
Outros	2.679	2.542
Não circulante	25.257	23.363
Passivo para risco – Trabalhista*	14.278	13.736
Passivo para risco – Cível*	5.886	4.664
Passivo para risco - Tributário *	5.093	4.963
Total	220.581	230.207

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.03.2024	31.12.2023
Circulante	299.795	257.016
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	40.598	4.648
Sociais e estatutárias	5.309	5.195
Fiscais e previdenciárias	33.169	38.100
Obrigações por convênios	14.999	12.681
Obrigações por prestação de serviços	79.795	89.311
Credores por recursos a liberar	32.491	21.999
Credores diversos – País (a)	31.512	25.038
Operação de Interbancário para liquidação futura	60.855	58.988
Obrigações por transações de pagamento	-	14
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	537	492
Outras obrigações	530	550
Total	299.795	257.016

(a) O montante de credores diversos, composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 31.512 em 31 de março de 2024 (R\$ 25.038 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

16. Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Ativos contingentes

O Banco requereu judicialmente a dedução de 4% sobre o lucro tributável o que gera um direito a compensação tributária sobre os valores pagos a maior a título de IRPJ, devidamente corrigidos pela taxa Selic, observado o prazo prescricional e o trânsito em julgado do provimento judicial, em virtude das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT. Esses valores, após a análise jurídica, foram considerados com possibilidade de êxito classificável como PROVÁVEL dado que já possui sentença favorável e confirmação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Provisões e passivos contingentes

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 40.245 em 31 de março de 2024 (R\$ 39.585 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 11.884 em 31 de março de 2024 (R\$ 11.599 em 31 de dezembro de 2023) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Notas Explicativas

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de março de 2024 é R\$ 15.856 (R\$ 14.444 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 118.572 em 31 de março de 2024 (R\$ 102.295 em 31 de dezembro de 2023) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de março de 2024 é R\$ 8.344 (R\$ 8.131 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 50.499 em 31 de março de 2024 (R\$ 49.209 em 31 de dezembro de 2023) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões judiciais

	31.03.2024			31.12.2023		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	39.585	14.444	8.131	35.258	16.725	8.331
Atualização monetária	1.284	855	213	5.329	2.414	1.033
Constituições	60	952	-	7.932	2.187	-
Reversões	(435)	(130)	-	(4.868)	(5.552)	(1.233)
Pagamentos	(249)	(265)	-	(4.066)	(1.330)	-
No final do período	40.245	15.856	8.344	39.585	14.444	8.131
Dep. Judiciais	27.059	18.744	73.433	26.456	18.788	71.556

Notas Explicativas

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	25.967	9.970	3.251	39.188
De 1 a 5 anos	14.278	5.886	5.093	25.257
Total	40.245	15.856	8.344	64.445

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	31.03.2024		31.12.2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	19	0,000	19	0,000
Demais Acionistas	1.442	0,015	1.442	0,015
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.452	2.197	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Notas Explicativas

A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

No período do 1º trimestre de 2024 não houveram pagamentos de dividendos ou juros de capital próprio.

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e gerenciamento contínuo de capital, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Notas Explicativas

Risco de crédito:

O risco de crédito é representado pela possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros, e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento de riscos no Banpará é contínuo e integrado, o que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco de crédito na Instituição.

Com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, são observados todos os aspectos pertinentes ao processo de:

- Elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Elaboração de modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito que visam realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito;
- Reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito por meio de relatórios gerenciais de controle de risco, os quais são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração;
- Simulação de cenários diversos, considerando a quebra de premissas, a nível micro e macroeconômico, visando mensurar os potenciais impactos sobre a instituição e/ou sobre um portfólio específico. Tais cenários possibilitam, por exemplo, a avaliação sobre a necessidade de complemento da despesa de provisão e o consequente efeito sobre os resultados do Banco, fato que ajuda na elaboração de ações corretivas;
- Implementação de mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;

Notas Explicativas

- Avaliação prévia do risco de crédito quando do lançamento de novos produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de um efetivo gerenciamento;
- Adoção de boas práticas de mercado relacionadas às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito em 31 de março de 2024 atingiu R\$ 13.440.106 e permanece concentrado em operações direcionadas para clientes Pessoa Física:

Nível de Risco	1º Tri 2024	4º Tri 2023	3º Tri 2023	2º Tri 2023	1º Tri 2023
Pessoa Física	96,95%	97,06%	97,45%	98,05%	97,61%
Pessoa Jurídica	3,05%	2,94%	2,55%	1,95%	2,39%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

O Banpará mantém 95,89% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada:

NÍVEL DE RISCO	31.03.2024		31.12.2023	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	7.909.726	58,85	7.730.964	59,74
A	4.657.187	34,65	4.390.045	33,92
B	239.868	1,79	265.526	2,05
C	80.655	0,60	62.034	0,48
D - H	552.670	4,11	492.342	3,81

O atraso de 15 a 90 dias e a inadimplência (atraso superior a 90 dias) para o fechamento de 31 de março de 2024, observa-se que os indicadores foram de 1,21% e 1,71%, respectivamente.

Índices	1º Tri 2024	4º Tri 2023	3º Tri 2023	2º Tri 2023	1º Tri 2023
Índice de Atraso	1,21%	0,87%	1,18%	1,02%	0,86%
Índice de Inadimplência	1,71%	1,72%	1,54%	1,35%	1,28%

Notas Explicativas

Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (Value at Risk) paramétrico para a carteira de negociação, segregado por fator de risco, fazendo uso da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança.

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	31.03.2024	31.03.2023
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	(282.858)	279.865
USD	13.812	28.914
Euro	2.982	1.620
Total	(266.064)	310.399

*Valor Exposto: Ativo - Passivo

A exposição negativa ao risco prefixada é atribuída à significativa redução no volume de operações compromissadas ativas, acompanhada de aumento com obrigações por recompras de operações compromissadas passivas.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

Notas Explicativas

Cenário Provável:

- Os choques para a taxa de juros prefixada foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 1 du (dias úteis): 10,65% e 63 du (1T): 10,36% da curva de juros futuros de DI1 negociadas na B3, ou seja, -29 bps.
- Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX Para as moedas estrangeiras (USD e EUR) foram consideradas as diferenças nas cotações PTAX do dia 28/03/2024 e das moedas negociadas no mercado futuro da B3 (1T), ou seja, para o dólar foi considerada a diferença entre as cotações de R\$ 5,05 e R\$ 5,00 e para o EUR a diferença foi entre as cotações R\$ 5,47 e R\$ 5,40.

Cenário Possível:

- Considerando os últimos 10 anos de reuniões do COPOM para definição da taxa Selic Meta, pode-se afirmar que com um intervalo de confiança de 95%, a variação trimestral esperada está entre -214 bps e +222 bps. Sendo utilizado para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao Banco (-214 bps).
- Analisando a variação da cotação do Dólar Ptax para o mesmo período, para o mesmo intervalo de confiança, a variação trimestral esperada para o Dólar está entre -16,20% e +20,68%. Sendo utilizado para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (-16,20%).
- Para as cotações de Euro divulgados pelo Bacen, a variação trimestral esperada, para o mesmo período e mesmo intervalo de confiança, ficou entre -14,63% e +17,83%. Sendo utilizado para a análise de sensibilidade o choque mais desvatajoso ao Banpará (-14,63%).

Os cenários utilizados para análise citados acima são baseados na Resolução CVM nº 121/2022.

Cenários	Fatores de risco						Variações na Posição			
	Taxa de juros		Moedas USD		Moedas EURO					
	1º Tri 2024	1º Tri 2023	1º Tri 2024	1º Tri 2023	1º Tri 2024	1º Tri 2023	1º Tri 2024	% PR 2024	1º Tri 2023	% PR 2023
Provável	(25)	(5)	149	447	40	31	164	0,01%	473	0,03%
Possível	(185)	(411)	(2.229)	(3.531)	(435)	(186)	(2.849)	-0,16%	(4.128)	-0,23%

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, atribuível ao fato de que o portfólio é predominantemente constituído por instrumentos de renda fixa pré-fixados de curto prazo, especificamente 1 dia útil. Adicionalmente, as posições expostas a flutuações cambiais são baixas, com saldo correspondente a apenas 0,92% do total do PR do Banco.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações, utiliza estratégias e processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA) que possam ser prontamente convertidos em caixa quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro, moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar, frente aos limites mínimos de liquidez, possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Mensalmente, também é monitorado o Índice de Gap Médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações de crédito e financeiras. Os resultados são reportados aos Órgãos de Governança da Instituição, via relatórios mensais ou tempestivos, com o intuito de remeter situações que possam comprometer os índices e limites mínimos de liquidez.

Em 31 de março de 2024, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, mantendo a capacidade financeira para honrar as obrigações esperadas e inesperadas

Notas Explicativas

Risco socioambiental:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

Notas Explicativas

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das validades das classificações geradas na concessão de crédito, em conjunto com as agências de relacionamento, e do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente. Já o controle, ocorre com a criação do plano de ação direcionado para o cliente dada a necessidade de regularização do compliance das documentações.

No âmbito institucional, a mitigação do risco é realizada por meio de:

- Mapeamento de riscos sociais, ambientais e climáticos dos processos e atividades internas, cuja metodologia contempla a análise de impacto e probabilidade dos riscos inerentes aos processos, a fim de mantê-los em níveis aceitáveis, assim como, tratar os riscos que estiverem acima do apetite a risco da Instituição;
- Monitoramento das perdas sociais, ambientais e climáticas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco;

Notas Explicativas

- Monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços;
- Análise de riscos sociais, ambientais e climáticos, e de imagem e reputação de projetos de novos produtos e serviços e de patrocínios; e
- Monitoramento de indicadores para mitigação dos riscos com potencial de impactar negativamente a imagem e reputação do Banco, tais como: mídias, índices de reputação, BCB, Bolsa, etc.
- Monitoramento da aderência dos normativos internos às diretrizes da PRSAC.

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 5 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

Notas Explicativas

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é verificar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;
- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos, das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária por meio do IRRBB.

Notas Explicativas

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Abaixo a tabela resumo da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB) em:

Índice de Basileia	31.03.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência - PR	1.827.498	1.772.301
Nível I	1.827.498	1.772.301
Capital principal	1.827.498	1.772.301
Capital social	1.473.122	1.473.122
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	435.187	435.187
Contas de resultado credoras	1.428.658	-
Contas de resultado devedoras*	(1.353.344)	-
Sobras de lucro	77	-
Ajustes prudenciais*	(156.202)	(136.008)
Nível II	-	-
Ativos ponderados pelo risco - RWA	12.080.029	11.769.884
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	10.658.058	10.505.647
Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD	52.397	75.747
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	6.064	10.324
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	46.333	65.423
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	1.369.574	1.188.490
Risco Banking - RBAN		
IRRBB	326.709	315.394
Valor de margem sobre PR**	232.385	221.069
Índice de Basileia Banpará - IB	15,13%	15,06%

* O saldo das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação.

Análise de resultado de capital no exercício

Em 31 de março de 2024, o PR encerrou o semestre com R\$ 1.827.498, superior em 3,11% (R\$ 55.197) na comparação com 31 de dezembro de 2023, impulsionado pelo resultado líquido do período.

Notas Explicativas

O montante da parcela de RWA no 31 de março de 2024 totalizou R\$ 12.080.029, crescendo 2,64% (R\$ 310.145) em relação a 31 de dezembro de 2023. O aumento foi decorrência do crescimento das parcelas de exposição ao risco de crédito - RWACPAD em 1,45% (R\$ 152.411) e ao risco operacional - RWAOPAD 15,24% (R\$ 181.084 mil).

O IB registrado foi de 15,13%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador, com uma variação positiva de 0,07 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2023.

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 31 de março de 2024 verificou-se um aumento de alocação de capital de 3,59% (R\$ 326.709), quando comparado a 31 de dezembro de 2023 (R\$ 315.394). Nesse contexto o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 232.385 em 31 de março de 2024 alocando capital suficiente para cobrir os requerimentos mínimos de capital e o risco de taxas de juros da carteira bancária.

Notas Explicativas

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente a parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Notas Explicativas

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(1.764)	(181.809)	(183.573)
Ativo justo	4.106	181.809	185.915
(Déficit) / Superávit	2.342	-	2.342

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	71	2.862	2.933
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	71	2.862	2.933

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVERENDA na data base de 30/11/2023, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, àquela utilizada na Avaliação anterior, cuja base de dados estava posicionada em 31/05/2023:

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	31.03.2024	31.03.2023
Participantes ativos		
Quantidade*	1.470	1.526
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	11.732	10.202
Participantes assistidos		
Quantidade	48	-
Idade média (anos)	72	-
Benefício médio (R\$)	2.345	2.113
Pensionistas		
Quantidade	33	45
Idade média (anos)	60	58
Benefício médio	1.843	1.435

*Dos participantes, temos 1456 que são elegíveis aos benefícios em BD do Plano em 2023.

Notas Explicativas

Movimentação dos valores reconhecidos no balanço

Valores reconhecidos no balanço patrimonial	31.03.2024	31.03.2023
Valor presente das obrigações (VPO)	1.764	773
(-) Valor justo dos ativos dos planos (VEJA)	(4.106)	(3.351)
Efeito do teto do ativo	2.342	2.956
Passivo atuarial líquido em 31/12	-	-
Movimentação do passivo atuarial líquido	-	-
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	(14)	-
Custo do serviço corrente	(14)	-
Custo dos juros líquidos	-	-
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	57	283
Remensuração: Ganhos/Perdas atuariais	57	283
Contribuições do Patrocinador	(71)	(283)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	31.03.2024	31.03.2023
Valor presente no início do exercício	1.824	680
Custo do serviço corrente	80	-
Custo de juros	100	36
Contribuição dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	(12)	-
Perdas (ganhos) atuariais	229	57
Mudança de premissas (financeiras)	11	(4)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	-
Ajuste de experiência	218	61
Valor presente no final do exercício	1.763	773

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	31.03.2024	31.03.2023
Valor justo dos ativos no início do exercício	(3.351)	(2.690)
Benefícios pagos	23	-
Contribuições de participante	(128)	-
Contribuições do empregador	(134)	(283)
Rendimento esperado dos ativos	(615)	(351)
Ganho/(Perda) sobre os ativos	99	(27)
Valor justo dos ativos ao final do exercício	(4.106)	(3.351)

Notas Explicativas

Benefícios estimados a pagar

Benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de março de 2024 para os próximos anos:

Plano	Até 1 ano	de 1 e 2 anos	de 2 e 5 anos	Superior 5 anos	Total
PREV-RENDA	386	375	1.098	8.973	10.832

Impacto no resultado

Descrição	31.03.2024	31.03.2023
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(14)	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(100)	36
Rendimento esperado dos ativos	264	(350)
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(164)	314
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(14)	-

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	31.03.2023	31.03.2023
Saldo do início do exercício	(365)	-
Ganhos (Perdas) atuariais	(57)	(283)
Saldo no final do exercício	(422)	(283)

Ativos do plano de benefícios

Ativo	31.03.2024	31.03.2023
Disponível	1,09%	0,49%
Realizável	0,58%	0,60%
Títulos Públicos	0,00%	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
Fundos de Investimentos	98,16%	97,40%
Operações com Participantes	0,02%	0,05%
Imóveis	0,15%	1,46%
Total dos investimentos	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(34)	-1,47%
Redução de 0,25% a.a.	36	1,52%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(72)	3,08%
Redução de 1 ano	64	-2,73%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(34)	1,48%
Redução de 0,25% a.a.	34	-1,43%

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	31.03.2024	31.03.2023
Posição dos dados	Nov-23	Nov-22
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar		
Crescimento real de salários	1,50%	2,24%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	5,47%	6,55%
Taxa de Inflação projetada*	3,91%	5,64%
Taxa anual de juros	9,50%	12,08%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	9,50%	12,08%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927/Agravada 100%	TASA 1927
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F	RP 2000 M&F Geracional AA

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Notas Explicativas

Considerando o valor da Duration calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 29 de dezembro de 2023, auferindo a Taxa Real de Juros em 5,38% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados ativos, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

O custeio do plano de assistência à saúde é integralmente arcado pelos empregados inativos, estes são aderentes ao plano de demissão voluntaria de 2019 e enquadrados no acordo coletivo sobre a emenda constitucional 102/2019.

Notas Explicativas

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	31.03.2024	31.12.2023
Controlador	5.692.662	4.257.554
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	685.943	344.092
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.006.719	3.913.462
Outras partes relacionadas	183	120
Depósitos à vista	183	120

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Notas Explicativas

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	31.03.2024	31.03.2023
Remuneração	684	660
Pessoal chave da administração	571	515
Outras partes relacionadas	113	62
Participação nos lucros e resultados	565	95
Pessoal chave da administração	565	95

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	31.03.2024	31.12.2023
Pessoal chave da administração	2.721	2.764
Outras partes relacionadas	4.170	4.126
Total	6.891	6.890

Em 31 de março de 2024 o Banco possui o valor total era de R\$ 6.891 (R\$ 6.890 em 31 de dezembro de 2023) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 31 de março de 2024, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 19 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 31 de março de 2024 é de R\$ 257.890.

Notas Explicativas

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	31.03.2024		31.03.2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	168.472	134.776	103.799	82.965
Participação no lucro	(20.003)	(20.003)	(8.680)	(8.680)
Juros s/ capital próprio e participações	-	-	-	-
Resultado antes da tributação	148.469	114.773	95.119	74.285
Adições (exclusões)	70.643	96.118	22.412	43.158
Base de cálculo	219.112	210.891	117.531	117.443
Alíquota normal (15% e 20%)	43.823	31.633	23.506	17.617
Adicional do imposto de renda (10%)	-	21.083	-	11.738
IR e CSLL devidos	43.823	52.716	23.506	29.355
Programa de alimentação ao trabalhador	-	-	-	(705)
Incentivos fiscais	-	(400)	-	-
Prorrogação da licença maternidade	-	(198)	-	(311)
IR e CSLL a Pagar	43.823	52.118	23.506	28.339

a. Impostos Correntes

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 4% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei nº 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 270.345, relativos às diferenças temporárias de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Desvalorização de Créditos Vinculados, ativadas de 2013 a março de 2024 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL.

Notas Explicativas

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 31 de março de 2024:

Créditos tributários	31.12.2023	31.03.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	136.939	24.182	(10.929)	150.192
Diferença temporária - CSLL	109.552	19.345	(8.744)	120.153
Total	246.491	43.527	(19.673)	270.345

Em 31 de março de 2024, o Banco possui ativação do montante de R\$ 270.345 mil (Duzentos e setenta milhões e trezentos e quarenta e cinco mil reais) e R\$ 246.491 em 31 de dezembro de 2023) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Desvalorização de Créditos Vinculados, já descontado o valor R\$ 19.673 realizado ao longo do período.

Créditos tributários	31.12.2023	31.03.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	208.041	40.461	(17.608)	230.894
Diferença Temporária - Trabalhista	17.814	605	(308)	18.111
Diferença Temporária - Prov. outros créditos.	3.923	-	(479)	3.444
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	10.214	1.236	(1.100)	10.350
Diferença Temporária - Prov. cíveis	6.499	813	(178)	7.134
Diferença Temporária - Marcação a mercado	-	412	-	412
Total	246.491	43.527	(19.673)	270.345

Notas Explicativas

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Desvalorização de Créditos Vinculados:

Projeção de realização	2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2033	Total
Crédito tributário de I.R	17.600	16.764	16.588	16.442	15.634	67.164	150.192
Crédito tributário de C. social	14.080	13.411	13.270	13.154	12.507	53.731	120.153
Total dos créditos	31.680	30.175	29.858	29.596	28.141	120.895	270.345
Taxa média de captação a.a. (%)	8,33	15,77	23,65	32,20	41,37	369,91	
Valor presente do crédito tributário	29.244	26.065	24.148	22.387	19.905	70.700	192.449

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 31 de março de 2024 totalizavam R\$ 4.565 (R\$ 4.469 em 31 de dezembro de 2023), e nesta referência, em 31 de março de 2024, o Banco não apresenta estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2023		31.03.2024				
	Saldo	Ativo fiscal diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	8.131	3.659	-	213	-	8.344	3.755
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	9.931	4.469	-	213	-	10.144	4.565

d. Passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2024 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 8.403 relativos a ajustes positivos de Marcação a Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e de Atualização de Depósitos Tributários Federais.

Contas	31.12.2023	31.03.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	4.075	636	(42)	4.669
Diferença temporária - CSLL	3.259	509	(34)	3.734
Total	7.334	1.145	(76)	8.403

Notas Explicativas

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Recuperação de encargos e despesas	183	157
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	1.288	3.037
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	2.446	3.154
Reversão de provisões passivas	1.079	2.830
Atualização de valores ativos	7.892	2.449
Atualização de depósitos judiciais	-	2.769
Variação cambial e diferença de taxas	100	2.800
Outros	367	162
Total	13.355	17.358

Outras despesas operacionais	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Serviços associados a transações de pagamento	(824)	(782)
Desc. concedidos em renegociações	(106)	(213)
Variação cambial e diferença de taxas	(523)	(2.649)
Estorno de rendas	(61)	(288)
Provisões passivas	(6.112)	(10.302)
Provisão de outros créditos em liquidação	(2.042)	(1.638)
Ações cíveis	(703)	(263)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	-	(2.633)
Outros	(324)	(502)
Total	(10.695)	(19.270)

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Insubsistências passivas	24	82
Superveniências ativas	1.456	659
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	5	-
Outras receitas	34	53
Insubsistências ativas	-	(3)
Superveniências passivas	(60)	(18)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(108)	(266)
Outras despesas	(1.815)	(137)
Total	(464)	370

Notas Explicativas

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Rendas por serviços de pagamento	3.718	2.543
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	953	846
Rendas de cobrança	278	245
Rendas de pacotes de serviços - PF	27.641	25.709
Rendas de serviços diferenciados - PF	385	430
Rendas de serviços especiais - PF	566	454
Rendas de convênios	573	641
Rendas de comissão de seguros e outros	5.827	4.535
Rendas de outros serviços	1.003	1.451
Total	40.944	36.854

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Fornecimento de 2ª via de cartão	102	83
Saque de conta depósito à vista e poupança	1.041	1.319
Transferência por meio de DOC/TED	938	903
Concessão de adiantamento e depositante	187	272
Anuidade cartão de crédito	4.441	4.120
Pacote de serviço	2.691	2.741
Fornecimento de folha de cheque	38	63
Operações de crédito	164	138
Manutenção de conta ativa	209	223
Convênios	2.373	2.211
Outras rendas	605	478
Total	12.789	12.551

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Honorários	(914)	(735)
Encargos sociais	(36.990)	(34.108)
Benefícios	(27.585)	(25.871)
Proventos	(98.486)	(91.673)
Remuneração de estagiários	(487)	(543)
Treinamento	(892)	(334)
Total	(165.354)	(153.264)

Notas Explicativas

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Água e energia	(4.034)	(3.445)
Aluguéis	(10.264)	(9.636)
Comunicações	(7.916)	(9.409)
Contribuições filantrópicas	(176)	(184)
Manutenção e conservação de bens	(6.611)	(4.816)
Material	(525)	(377)
Processamento de dados	(34.304)	(32.459)
Promoções e relações públicas	(3.448)	(1.006)
Propaganda e publicidade	(8.778)	(4.615)
Publicação	(922)	(10)
Seguro	(106)	(39)
Serviços do sistema financeiro	(12.790)	(10.703)
Serviços de terceiros	(2.973)	(3.383)
Serviços de vigilância	(20.749)	(19.322)
Serviços técnicos especializados	(3.116)	(2.190)
Transportes	(7.419)	(5.715)
Viagens	(329)	(139)
Outras despesas administrativas	(2.085)	(1.552)
Amortização	(9.263)	(9.421)
Depreciação	(2.468)	(3.078)
Total	(138.276)	(121.499)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	01.01 até 31.03.2024	01.01 até 31.03.2023
Outras despesas tributárias	(1.408)	(1.120)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(2.683)	(2.468)
Contribuição ao COFINS	(23.332)	(18.048)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.792)	(2.933)
Total	(31.215)	(24.569)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Notas Explicativas

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 12,35%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 3,54%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Operação - CDI	Base 31.03.2024	Cenário provável (12,35%)	Cenário possível - estresse 25% (15,44%)	Cenário remoto - estresse 50% (18,53%)
Títulos e valores mobiliários	1.806.090	(223.052)	(278.860)	(334.668)
Operação - IPCA	Base 31.03.2024	Cenário provável (3,54%)	Cenário possível - estresse 25% (4,43%)	Cenário remoto - estresse 50% (5,31%)
Provisão para contingências	64.508	(2.284)	(2.858)	(3.425)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 29/12/2023.

A análise de sensibilidade da carteira é um cenário que simula o efeito de um aumento da provisão para fazer face às perdas em função de um incremento de 150% sobre os ativos problemáticos, conforme metodologia adotada pelo Banco Central do Brasil, que considera atrasos superiores a 90 dias.

A partir do referido choque, a despesa de provisão simulada ou incremental estimada é de R\$ 102.499, fato que teria efeito potencial direto sobre o resultado da instituição.

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	7.909.726	-	-
A	4.657.187	-	-
B	239.868	-	-
C	80.655	-	-
D	158.157	-	-
E	52.534	11.445	3.433
F	33.404	11.430	5.715
G	65.555	38.859	27.202
H	243.020	168.647	168.647
Total	13.440.106	230.381	204.997

Aumento 150% ativo problemático			345.571
Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão
E	17.167	5.150	1.717
F	17.144	8.572	2.857
G	58.289	40.802	13.601
H	252.971	252.971	84.324
Total ativo problemático	345.571	307.495	102.499

Notas Explicativas

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 31 de março de 2024, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/21

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de janeiro de 2023.

Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Etapa 1 - Avaliação (2022/2023): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;

Notas Explicativas

Etapa 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Etapa 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Etapa 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/21.

Durante a execução da Etapa 1 foram mapeados os seguintes principais impactos.

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.

Notas Explicativas

- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa e mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O Banpará adotará o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e *clusterização* da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Res. 4.966, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

Notas Explicativas

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e *Compliance*.

a. Histórico

Ao final de 2022, o Banco tomou conhecimento de denúncia anônima tendo por objeto supostas práticas irregulares por funcionários e administradores, eventualmente em desacordo com o Código de Conduta e Ética da Companhia. Diante disso, o Conselho de Administração determinou a constituição de Comitê de Investigação independente para apuração dos fatos alegados e autorizou a contratação de especialistas externos independentes.

A partir de investigações internas e externas, concluiu-se, ao final de setembro de 2023, que não foram evidenciados indícios de ato intencional de um ou mais indivíduos da administração que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal e que o pagamento a fornecedores encontrava-se em conformidade com os regulamentos internos do Banco.

Ressaltamos que a Instituição repudia contundentemente qualquer prática de corrupção e que possui o intuito de manter a ética e a transparência de suas ações, disponibilizando ao mercado, frequentemente e sempre que necessário, informações relativas à condução das apurações das referidas denúncias.

Notas Explicativas

b. Ações implementadas

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos e *Compliance*, o Banco revisou e implementou várias medidas objetivando o aprimoramento de processos e gestão de governança corporativa da Instituição. Entre essas medidas destacamos: (i) a Revisão do Código de Ética e Conduta, com vistas ao aprimoramento dos princípios adotados pela Instituição de forma a refletir a realidade e o contexto no qual está inserida; (ii) revisão dos procedimentos em que se inserem imposições legais e determinações de órgãos reguladores; (iii) revisão de processos para adoção de melhores práticas do mercado; (iv) reformulação do “Canal de Denúncias” (Resolução CMN nº 4.859 de 23/10/2020), descrevendo os procedimentos pertinentes e orientando o público interno quanto à sua utilização e fluxo operacional, no qual estão definidas as responsabilidades por cada etapa do processo apresentado, com fundamento nos normativos legais que tratam do tema; (v) institucionalização do “Comitê de Ética no Banpará”, com total poderes de acesso independente e direto ao Órgão deliberativo máximo da Instituição, conforme recomendam as boas práticas, tendo por objetivo avaliar e acompanhar as questões que envolvem o Gerenciamento de Denúncias e reportes realizados via formulário disponibilizado no Site Institucional do Banpará, bem como verificar pertinência e veracidade das informações, para serem encaminhadas para avaliação e deliberação do Conselho de Administração do Banco, quando for o caso.

c. Situação atual

O Banco reafirma sua convicção de que a estrutura de governança se encontra em patamares adequados do ponto de vista de mecanismos de conformidade, inclusive quanto aos termos do Decreto no. 11.129/2022 assim como que o Banpará passou a ter um “Programa de Compliance” moderno um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo toda a Instituição e as partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades na realização das atividades do Banco e, conseqüentemente, na mitigação dos riscos de compliance.

Notas Explicativas

Nesse sentido, e considerando os novos processos e políticas implementados citados anteriormente, o Banco restabeleceu o fluxo operacional de apuração de ocorrências, inclusive já intermediado pelo Comitê de Ética, de forma a acelerar e dar vasão às ocorrências que se encontravam em fase de análise, de tal forma a concluir todas as análises no primeiro semestre de 2024.

25.4 Exposição de chaves pix do Banpará

Em decorrência de uma falha sistêmica pontual dados de chaves Pix de clientes do Banpará foram expostos. As informações são de natureza cadastral que não permitem movimentações de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras, portanto, sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras referente ao período findo em 31 de março de 2024. Os clientes afetados serão notificados, exclusivamente, através do *internet banking*.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém – PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. (“Banpará”; “Banco”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A diretoria do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR)

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 15 de maio de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 “F” PA

Douglas Souza de Oliveira
Contador CRC - 1SP191325/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 1º trimestre findo em 31 de março de 2024. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do trimestre, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes e a opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos refletem a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Belém, 13 de maio de 2024.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 1º trimestre findo em 31 de março de 2024 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 1º trimestre findo em 31 de março de 2024 do Banpará são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 13 de maio de 2024

Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras Intermediárias do período findo em 31 de março de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 9 de maio de 2024.

Diretoria Colegiada

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas do período findo em 31 de março de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 9 de maio de 2024

Diretoria Colegiada